

Ulysses reage a Sarney e faz defesa da Constituinte

Brasília — Moreira Mariz

São Paulo — José Carlos Brasil

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, respondeu com ironias às críticas que o presidente José Sarney, em entrevista à TV Manchete e no programa *Conversa ao Pé do Rádio*, fez ao texto da nova Constituição. Citou a desconcentração de renda preconizada pelo capítulo do sistema tributário, e disse que se a Constituição fizesse só isso "já seria um trabalho extraordinário para a qualidade de vida e bem-estar das populações, que estão nos municípios e não estão aqui no Distrito Federal, muito menos no Palácio do Planalto, na sala do presidente da República, na mesa que era de Getúlio Vargas".

"Se a Constituição fizesse só isso, estaria ótimo e pt saudações. E mandando essas saudações para várias pessoas", acrescentou. Na entrevista, que serviria para informar sobre o andamento do exame das emendas apresentadas ao texto aprovado em primeiro turno, Ulysses deteve-se na resposta aos ataques de Sarney. "As críticas se inserem no regime democrático. Afinal, pode-se criticar o papa", reconheceu, mas ressaltou que a nova Constituição "estabelece condições de governabilidade que nenhuma outra teve".

Governo distante — Exemplificando, o presidente da Constituinte disse que, ao estabelecer que 22% das rendas que hoje se concentram na União irão para estados e municípios, a Constituição está criando condições de governabilidade para o país. Ele lembrou que, na última vez que assumiu interinamente a Presidência da República, recebeu prefeitos em busca de recursos para comprar ambulâncias.

"Isso é um absurdo. Quem anda atrás de dinheiro para ambulância também precisa de dinheiro para hospitais. O problema do Brasil é que, pela estrutura criada, o governo está longe dos homens. O cidadão mora no município, mas o dinheiro está na União, com o presidente da República. É preciso desconcentrar essa renda para os estados e municípios", continuou.

Durante a entrevista, Ulysses foi informado de que o presidente Sarney desejava falar com ele pelo telefone. "Deve ser a repercussão dessas minhas declarações que já chegou ao Palácio do Planalto", brincou.

Planalto omissivo — O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), referindo-se à atitude do presidente Sarney, disse que considera "certas críticas apressadas e inconvenientes, porque não constroem absolutamente nada". Contou que, há seis meses, ouvia críticas contra a aprovação da anistia da correção monetária para as dívidas de pequenos e micro-empresários, dando parecer contrário toda vez que essa matéria surgia.

"No entanto, o governo podia ter mobilizado suas bancadas para derrotar essa anistia, como fez em outros assuntos. Na verdade, não tomou nenhuma atitude. Agora faz críticas genéricas que atingem todos de forma injusta", reagiu o relator.

Depois de um dia dedicado ao exame do título da Ordem Econômica e Financeira, Cabral informou que não acatou emendas supressivas, mantendo o texto aprovado, com alterações apenas de linguagem. Durante a noite, ele pretendia dar início ao exame do título da Ordem Social. Novecentas emendas já foram examinadas pelo relator, que pretende entregar seu novo parecer segunda-feira. Ulysses reunirá as lideranças partidárias quarta-feira, para exame dos assuntos polêmicos.



Ulysses respondeu a Sarney exaltando reforma tributária

Presidente volta a atacar

O presidente José Sarney voltou a criticar a Constituinte em seu programa *Conversa ao pé do rádio*, que vai ao ar às sextas-feiras. Lembrando aos ouvintes que foi ele quem a convocou, Sarney observou que, apesar de a Constituição em preparo ser uma necessidade dos novos tempos do país, e tornar realidade um velho sonho da democracia brasileira, "em alguns pontos ela foi muito mais voltada para o passado do que para o presente e também para o futuro". Acrescentou que, "em alguns casos, ela foi casuística e não podemos dizer que a Constituição tenha uma unidade".

As críticas do presidente referiam-se basicamente a cinco dispositivos aprovados no primeiro turno de votação. Ele quer ver suprimidos o turno de seis horas de trabalho, a equiparação dos direitos do trabalhador avulso, como a faxineira diarista, aos do trabalhador permanente, a anistia aos microempresários e pequenos produtores rurais, diversas vantagens concedidas ao funcionalismo público, como a estabilidade aos cinco anos de serviço e o cálculo da aposentadoria pelo último salário que o servidor recebeu, e a ordem judicial para prisões.

Ilusões — "É importante que a nova Constituição seja um trabalho defini-

tivo, bem pensado, bem redigido, moderno, com um mínimo de erros, sem fantasias ou ilusões, por mais generosas que sejam essas ilusões e essas fantasias", advertiu o presidente.

Sarney acha que a Constituinte não deveria se preocupar com a fixação da jornada máxima de trabalho, "porque esse assunto do número de horas de trabalho é de competência dos sindicatos, nos acordos coletivos".

Os prejuízos com a anistia aos microempresários e pequenos produtores rurais, o presidente estimou-os em Cz\$ 377 bilhões, "dos quais 80% dos bancos oficiais". Segundo ele, "é simpático anistiar devedores em dificuldades, mas o povo brasileiro sabe que quem paga a conta é ele, ele é quem vai pagar a dívida de uns poucos, e é muito fácil atirar com pólvora alheia, como diz o ditado".

Sobre os artigos das Disposições Transitórias que concedem inúmeras vantagens ao funcionalismo público, Sarney ponderou: "Esses benefícios demandarão uma despesa tão alta que neste momento é impossível de se avaliar. Só nas Forças Armadas teremos promoção a marechal de muitos e muitos militares, sem falar em servidores civis de alta hierarquia".

Passarinho deu apoio a 5 anos temendo o caos

SÃO PAULO — O senador Jarbas Passarinho (PMDB-SP) disse que votou pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney para evitar a ameaça de caos nacional, diante da informação transmitida pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard — na reunião com os líderes dos quatro maiores partidos na Constituinte, dia 22 de março —, de que Sarney renunciaria se a Constituinte não lhe desse o mandato pelo qual se empenhara. "Se ele renunciasse", disse, "seria necessário convocar eleições presidenciais em 30 dias e o eleito governaria por apenas um ano. Haveria, então, ameaça de caos nacional. Eu votei, então, pelos cinco anos".

Durante um almoço com vários dirigentes do PDS paulista, Passarinho contou que, ainda segundo Brossard, na mesma reunião — da qual participaram, ainda, do senador Marco Maciel, pelo PFL, o deputado Ulysses Guimarães, pelo PMDB, e o ex-deputado Paiva Muniz, pelo PTB —, "Sarney entendia que era seu direito ter seis anos de cargo, mas ele, a exemplo do general Eurico Gaspar Dutra, admitia ficar

cinco anos. Por isso, considerava que se a Constituinte reduzisse seu mandato para quatro anos estaria cometendo uma injustiça e ele se sentiria incapacitado para governar".

No caso da Constituinte decidir pelos cinco anos, o presidente teria apenas duas alternativas: recorrer ao Supremo Tribunal Federal ou renunciar. "Nesse ponto", recordou Passarinho, "o ministro Brossard afirmou: o presidente declara que ao tribunal não irá". Ainda de acordo com o relato de Passarinho, o deputado Ulysses Guimarães perguntou: "O presidente disse isso mesmo? Com essas palavras?" Brossard, prosseguiu o senador, respondeu: "Eu estou repetindo exatamente o que ele disse".

"Foi aí", prosseguiu Passarinho, "que o Ulysses se traiu. Ele deixou escapar: 'Eu já disse ao Sarney que isso não é problema, é solução'. Assim, nós ficamos sabendo que ele já tinha conhecimento da decisão do presidente e que nós a estávamos ouvindo de segunda mão". O senador disse ainda que relata agora os fatos para que eles possam "entrar para a História exatamente como aconteceram".

PT abre o primeiro comitê para campanha presidencial de 89

SÃO PAULO — O primeiro comitê eleitoral de um candidato à presidência da República já está funcionando a pleno vapor em São Paulo, agitando a campanha do constituinte Luís Inácio Lula da Silva.

Com a abertura do Comitê Lula Presidente, o PT manteve a *pole position*, quanto a iniciativas, na disputa pelo Palácio do Planalto, marcada para 15 de novembro de 1989, pois foi também o primeiro partido a indicar candidato à sucessão do presidente José Sarney.

"O PT vai fazer a campanha presidencial pegar jogo já este ano", anuncia o deputado federal Gumerindo Milhomem Neto que, com o ex-deputado estadual Paulo Frateschi, montou o comitê. Com paredes em vermelho vivo e com grandes estrelas, o símbolo do PT, pintadas nas duas portas de entrada, o comitê foi instalado na avenida Dr. Arnaldo, centro do chamado Quadrilátero da Saúde, na qual se concentram os hospitais das Clínicas e Emilio Ribas, o Instituto do Coração, a Faculdade Paulista de Medicina, o Instituto Médico Legal e a Secretaria estadual de Saúde.

Funcionando num sobrado de um pequeno empresário, simpatizante do PT — cujo nome o partido prefere não revelar — (o aluguel é de Cz\$ 60 mil mensais), o escritório é o primeiro de uma série de comitês Lula Presidente que surgirão em todo o país, com a decisão dos petistas de transformar todas as sedes da campanha municipal deste ano em comitês pró-Lula.

Sede de seminários de formação política, de reuniões, de militantes e até de audiências populares que Lula concederá no futuro, o comitê tem nos fundos a maior central de planfletagem do país, a gráfica do PT, responsável pela impressão dos comunicados, manifestos, peças promocionais e outros materiais de trabalho do partido.



Milhomem, um dos fundadores do comitê